



Belo Horizonte, 4 de agosto de 2016.

Sr. (sra) dirigente,

Como anunciado pelo Secretário de Estado de Planejamento e Gestão, em nome do Governo do Estado, em reunião da Mesa de Negociação Sindical Permanente, o Governo permanece preocupado com o impacto que as contrapartidas do projeto de Lei Complementar de renegociação da dívida dos Estados com a União poderá ter sobre o conjunto dos servidores estaduais e sobre o funcionamento dos diversos serviços e tem feito todos os esforços para repactuar as condições impostas no projeto.

Temos mantido conversas constantes com membros do Governo Federal e com lideranças da Câmara dos Deputados para construir uma proposta alternativa que não prejudique os servidores e engesse as ações do Estado nos próximos dez anos. A suspensão da votação da Lei Complementar já é fruto desse intenso trabalho político do Governo de Minas Gerais, do conjunto dos Estados e de lideranças parlamentares. A atuação está se dando também através do Conselho Nacional dos Secretários de Planejamento (Conseplan) e Conselho Nacional dos Secretários de Fazenda (Confaz).

O Governo de Minas Gerais continuará colaborando para a construção de uma saída para a grave crise financeira pela qual atravessa o Estado de Minas Gerais - fruto da irresponsabilidade fiscal dos últimos anos e da crise econômica atual - de forma a não prejudicar os trabalhadores e o funcionamento dos serviços públicos.


Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão